



Em Los Chimalapas
colhe-se sustentabilidade





As comunidades de Santa Maria e São Miguel Chimalapa construíram um modelo de desenvolvimento participativo que as coloca cada vez mais no centro de gravitação de todas as decisões do território.

Santa Maria e São Miguel são dois municípios pequenos localizados no território Chimalapa, nos quais há dez anos se trabalha para formar um ecossistema mais sustentável; onde a comunidade organizada, as suas empresas, o governo em todos os níveis, as fundações e ONG's contribuem de igual para igual para tornar viável um entorno que acolha a todos.

Vinte anos atrás, ninguém apostaria na governabilidade, na produtividade e na preservação ambiental dessas comunidades, localizadas na reserva ecológica mais importante do México e da Mesoamérica, uma das duzentas áreas prioritárias de conservação ambiental no mundo.

O território Chimalapa está localizado na fronteira oriental de Oaxaca com Chiapas, ao sudoeste do país. Um limite fronteiriço em disputa que gerou um longo conflito territorial. Uma “terra de ninguém”, onde as concessões nacionais abriram a porta para a exploração madeireira: 100.000 hectares de floresta e de mata foram devastados durante trinta anos. Uma terra onde o governo de Chiapas também estimulou a exploração pecuária por agentes privados.

O impacto das políticas públicas contrapostas, a incursão do crime organizado para cultivar alucinógenos e a primazia dos interesses privados conduziram à deterioração ambiental, ao deslocamento das comunidades indígenas, à extrema pobreza, e à geração de uma incerteza cada vez maior entre os habitantes da região, em sua maioria indígenas zoques.

Essas duas comunidades agrárias, Santa Maria e São Miguel, localizadas no coração da região, abarcam 134.000 hectares, e são habitadas por 19 etnias indígenas. No total, há 7.016 habitantes, dos quais 53% falam zoque, 2% outras línguas indígenas; e o restante fala espanhol.

31,7% de seus habitantes são analfabetos, e 13% da população em idade escolar não frequenta a escola. 52% das moradias possuem piso de terra, e em 13% delas os tetos são construídos com materiais descartados e com lâminas de papelão.



No Plano Mestre de Desenvolvimento dos Chimalapas, a comunidade propôs ao governo algumas áreas de conservação dentro do território.

O Plano Mestre e os ordenamentos territoriais

Em 1998, em meio à pior seca que os Chimalapas e o país recordam, a população desses dois municípios mobilizou-se ao lado do exército mexicano e das brigadas do governo federal para apagar cinquenta incêndios florestais. Esse movimento, além do fim das concessões madeireiras, marcou o início de um esforço que os levaria, sob o amparo de uma nova Lei Agrária, a adquirir a pessoa jurídica sobre os seus territórios comunais e a fortalecer, a partir dali, a luta pela defesa e pelo controle de suas terras.

Valendo-se da Constituição Política Federal, do Convênio 169 da OIT e da Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável, e com o apoio da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CDI), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT) e da Fundação Comunitária Oaxaca, bem como das *Assembleias de Comuneros*, do Comissariado de Bens Comuns e de outras autoridades municipais; as comunidades impulsionaram a consulta para a integração participativa do Plano Mestre de Desenvolvimento da Região dos Chimalapas.

O Plano Mestre tornou-se assim uma ferramenta que possibilitou que os povos indígenas da mata zoque de Oaxaca liderassem uma estratégia comunitária rumo ao uso e gestão de sua região de forma sustentável. O Plano propôs trabalhar uma estratégia de conservação ambiental e governança do território e identificar a vocação produtiva da região para vinculá-la com as possibilidades oferecidas pelo mercado.

A partir do Plano Mestre – aprovado em 2004 pelas Assembleias comunitárias – foram realizados os ordenamentos territoriais de Santa Maria e São Miguel Chimalapa; neles, a comunidade propôs ao governo, por iniciativa própria, algumas áreas de conservação dentro do território, uma medida que até então era decretada unilateralmente pelo governo federal.

Conseguiram que esse recurso fosse introduzido na lei, que agora reconhece que uma forma de definir as áreas de conservação é que seja proposto pela comunidade. Além disso, foi feito um plano de manejo para garantir ações concretas de conservação nos 10.000 hectares reservados no território. A colaboração da WWF e de outras organizações conservacionistas, como a Conservação Internacional, foi muito importante nesse esforço.

Através do processo de ordenamento territorial, também foram identificadas atividades produtivas amigáveis com o meio ambiente, suscetíveis para serem desenvolvidas na região: a exploração da palma africana, o ecoturismo, a extração de resina de pinheiro e a produção pecuária.

As comunidades já trabalhavam com palma, porém apenas com a sua extração. Não a cultivavam. A Fundação Comunitária Oaxaca convocou a Fundação ADO e a Agência de Cooperação Espanhola para realizar estudos de viabilidade e troca de experiências e para se envolverem no processo.

Na época – 2006 –, a empresa *Autobuses de Oriente* prestava serviços de transporte há 70 anos na região, e conhecia em primeira mão as consequências ambientais da exploração indiscriminada da mata e também os conflitos recorrentes e as dificuldades sociais frequentes



Através do processo de organização territorial também foram identificadas algumas atividades produtivas compatíveis com o meio ambiente, como a extração de resina.



na região, como greves e bloqueios da estrada. Por isso, essa Fundação não hesitou em aderir ao projeto.

“O que mais interessa à Fundação ADO é preservar o ambiente – afirma Francisco Rincón Gallardo, seu diretor –, mas para nós o tema está relacionado com uma visão empresarial. O que buscamos é aderir a projetos nos quais as comunidades definam bem o manejo sustentável dos recursos naturais, com a finalidade de apoiá-las para aumentar as suas rendas e melhorar a qualidade de vida. Esse projeto possuía todos esses componentes, e por isso decidimos aderir”.

Do trabalho com a palma para a resina

“Realizamos um estudo e um intercâmbio de experiências porque eles, culturalmente, assumiam-se como “palmeiros” – disse Luis Ruiz, diretor da Fundação Comunitária Oaxaca, que acompanhou esse processo. Mas quando viram um aproveitamento formal e bem feito da palma, reagiram dizendo: ‘Nós não aproveitávamos a palma, nós acabávamos com a palma!’, pois não utilizavam nenhuma técnica, não havia condições de capacitação, infraestrutura nem equipamento. E eles também viram no intercâmbio que há um monopólio da comercialização de palma complicadíssimo de romper”.

Não foi possível viabilizar o cultivo da palma, nem o ecoturismo. Tampouco a produção pecuária. O que foi possível foi o aproveitamento da resina de pinheiro, uma matéria prima com grande potencial, pois, embora o México tenha uma produção de 20.000 toneladas por ano, esta quantidade não atende toda a demanda interna. Foi realizado um intercâmbio de experiências com a comunidade de Jibadela, produtora de resina, e os seus habitantes contaram como poderiam desenvolver essa atividade de maneira paralela aos demais trabalhos do campo, constituindo assim um bom complemento para a renda.

Após tomar essa decisão, foram formadas duas empresas, uma em cada comunidade, para que pudessem emitir nota fiscal e ter as licenças em ordem. As duas empresas somaram 207 sócios. Foi estabelecido que ambas as empresas reportassem à Assembleia da comunidade e, por decisão de seus sócios, elas abarcariam com todas as atividades produtivas e de comercialização, e não trabalhariam apenas com a extração da resina. Tudo isso sem perder de vista a ideia da terra comunal.

A Fundação ADO contribuiu com o financiamento do estudo de viabilidade e implementação das trocas de experiências, com a incubação das duas empresas sociais e, posteriormente, com

**O PLANO MESTRE
TORNOU-SE UMA
FERRAMENTA QUE
POSSIBILITOU
QUE OS POVOS
INDÍGENAS DA MATA
ZOQUE LIDERASSEM
UMA ESTRATÉGIA
COMUNITÁRIA RUMO
AO MANEJO DE SUA
REGIÃO DE FORMA
SUSTENTÁVEL.**



GRACAS A ISSO,
EM 2010, A
ELETRICIDADE
FINALMENTE CHEGOU
NESSA REGIÃO, E FOI
CRIADA UMA ESCOLA DE
ENSINO MÉDIO.

assistência técnica, capacitação e fortalecimento das empresas, etapas em que novos atores aderiram. Nesse caso, trata-se de uma parceria da WWF com a Fundação Carlos Slim, que alavancou o processo financiando essas atividades e a criação de centros de coleta, por exemplo. Um dos êxitos do projeto é que cada pessoa da comunidade recebe à vista pela sua resina, no momento em que a leva ao centro de coleta. Isso motivou muito os produtores. O centro de coleta pertence às empresas comunitárias, porém é independente, e um outro êxito tem sido a disciplina com que são administrados os seus recursos.

O projeto teve grande impacto em Oaxaca. Logo no início, foram criados 160 empregos diretos, o que significou bem-estar e estabilidade para muitas famílias. Mas, além disso, conseguiram um preço melhor para o seu produto e um comprador estável. No começo, o quilo de resina era comprado por 5 pesos, um preço que parecia suficiente para intercalar a extração com o trabalho do campo.

“Quando juntamos as primeiras 20 toneladas, propusemo-nos então a aprender a vender a resina – conta Luis Ruiz. E percebemos que a maior parte da indústria transformadora de resina está em Michoacán e em Jalisco. Pegamos o caminhão e fomos para Michoacán, para um entrevista com os industriais de lá. E lá, a resina custava 10 pesos. Isso significava que alguém em Oaxaca estava ganhando o mesmo que o resineiro, só por armazená-la. Então, claro, fizemos o contrato por 10 pesos e eles viriam buscar a resina na comunidade”. Além disso, agora as duas empresas possuem um comprador industrial que recolhe tudo o que produzem.

Todo esse processo gerou lucros. Entre 2010 e 2013, as duas empresas produziram um pouco mais de 150 toneladas de resina, com rendas anuais superiores a MXN \$800.000 (USD \$ 41.700, aproximadamente).

Os filhos da resina

Antes de começar essa dinâmica de trabalho, os agentes do governo de diversos níveis não podiam entrar na região, porque eram detidos pela comunidade até que resolvessem os problemas pendentes. Havia constantes bloqueios nas estradas e conflitos sociais. Mas as diversas dinâmicas de participação e de diálogo, as mesas de trabalho, as assembleias e os acordos progressivos de colaboração que foram sendo construídos abriram as portas para que os governos em todos os níveis encontrassem condições para trabalhar.



Assim, as instituições do governo federal e estadual reuniram-se com os prefeitos e com o comissariado municipal, encontro viabilizado pela Fundação Comunitária Oaxaca. Desse modo, foi sendo estabelecida qual a função do governo em relação ao plano da comunidade.

Graças a isso, em 2010, a eletricidade finalmente chegou nessa região, e foi criada uma escola de ensino médio. Além disso, foi construído um projeto de moradia com o governo do estado. Os membros da comunidade denominaram esse projeto de “filhos da resina”. E assim denominaram também a criação de um viveiro de árvores de abacate, os cultivos de tomate e a criação de frangos, com os quais já trabalham e que beneficiaram, em 2016, aproximadamente 80 pessoas, especialmente mulheres, que possuem agora um papel mais ativo na comunidade.

Sessenta jovens que estudam o ensino médio recebem bolsas financiadas pelo projeto. A ideia é que depois estudem em universidades e que possam se tornar os técnicos florestais, engenheiros, contadores e administradores que as suas empresas necessitam.

A experiência já começou a ser replicada no Território Mixteco, uma região montanhosa e árida, também localizada em Oaxaca. Ali, foram formadas sete empresas e três grupos de trabalho com 210 pessoas, com um esquema semelhante ao das empresas de Chimalapas, no qual a compradora, a Indústrias Allen, contribuiu com os processos de capacitação e com o desenvolvimento da comunidade através de seus programas de responsabilidade social. Contando com essa réplica, o total de empregos gerados pelo projeto sobe para 300.

Parcerias ao redor da comunidade

Para Luis Ruiz, esse projeto causou uma mudança de paradigma. “Não há uma organização da sociedade civil que venda a cada um o seu pedacinho de satisfação, temos um projeto só, no qual todos nós sabemos no que estamos investindo. Esta forma de parceria implica que façamos um acordo de trabalho e colaboração com a comunidade no qual, nem a tratamos com inferioridade, por suas precárias condições de vida, nem a tratamos como superior, considerando, pelo fato das comunidades indígenas carregarem consigo a essência da vida, tudo aquilo que dizem como sumamente correto.



60 jovens estudam com bolsas viabilizadas pelo projeto, com o objetivo de que, uma vez capacitados, vinculem-se como profissionais e técnicos.



Foi feito um memorando de entendimento do qual participou a Agência Espanhola, a Fundação ADO, as empresas comunitárias, a Fundação Merced, a Fundamed e a Fundação Comunitária Oaxaca. Assim, foram acordados alguns objetivos e um plano de trabalho. “A grande conquista dessa parceria – continua Ruiz – foi a criação de uma colaboração público-privada-social e comunitária. Foi feito com a comunidade um plano estratégico para cinco anos, e esse mesmo plano foi apresentado às instituições do governo, com orçamentos e tudo”.

Francisco Rincón destaca a importância de desenvolver modelos replicáveis: “É um projeto liderado pela comunidade, que possui mercado, é replicável, expansível, e que conserva o meio ambiente. Vale a pena lembrar também os resultados obtidos com a governança, transparência, prestação de contas, o fato de que as duas empresas reportam à Assembleia Comunitária e que ali sejam decididas outras linhas de negócios ou talvez ações mais sociais, como a busca por alianças para melhorar outros aspectos, como moradia ou educação”.

“Outra conquista, talvez mais importante – continua Francisco –, que dá coerência ao processo, é a sustentabilidade. De fato, esse ano (2017), não houve um investimento direto dos financiadores nas empresas de resina. O negócio já caminha sozinho, e o trabalho da Fundação Comunitária é mais de “controle social”, para verificar se o sistema está funcionando. Assim, cria-se um ecossistema em que os governos, as empresas, a comunidade e as organizações da sociedade civil coexistem e colaboram para alcançar o desenvolvimento permanente do território”.

Para o Grupo ADO, é muito importante o tema da conservação dos ecossistemas, o fortalecimento da consciência comunitária sobre o respeito e cuidado do meio ambiente e a gestão do território como um espaço que gere renda e melhore a qualidade de vida das comunidades.

A integração participativa do Plano Mestre de Desenvolvimento da região e a sua consequente estratégia de conservação ambiental e governança do território; a contribuição da empresa *Autobuses de Oriente* (ADO) através de sua Fundação em parceria com a Fundação Comunitária Oaxaca e com a Agência de Cooperação Espanhola, entre outros atores do terceiro setor, bem como com os governos locais, regionais e com algumas agências estatais; a consequente criação das duas empresas de resina como motores de desenvolvimento e as diversas dinâmicas de participação e diálogo que conduziram a uma colaboração público-privada-social e comunitária e colocaram a região no caminho da sustentabilidade; fazem dessa experiência um claro exemplo do conceito de comunidades sustentáveis impulsionado pela RedEAmérica,

**PARA O GRUPO ADO
É MUITO IMPORTANTE
O FORTALECIMENTO
DA CONSCIÊNCIA
COMUNITÁRIA SOBRE O
RESPEITO E CUIDADO
DO MEIO AMBIENTE E A
GESTÃO DO TERRITÓRIO
COMO UM ESPAÇO QUE
GERE RENDA.**



Já foi iniciada uma réplica da experiência no Território Mixteco, também em Oaxaca.

e a tornou merecedora do prêmio Transformadores 2017 nessa categoria.

Desse modo, em Santa Maria e em São Miguel Chimalapa, conseguiu-se implantar um modelo de desenvolvimento autogestionado pelas próprias comunidades a partir de uma visão coletiva de território, o que gera benefícios sociais, econômicos e ambientais. O reinvestimento dos lucros das empresas sociais criadas na comunidade, a conservação voluntária de mais de 10.000 hectares de floresta, bem como a articulação desse modelo de desenvolvimento dentro do plano de ordenamento territorial contribuem com a sustentabilidade que a iniciativa foi construindo pouco a pouco.

Explica Luis Ruiz: “Um dos grandes resultados é tornar tangível tudo isso que falamos de comunidades sustentáveis em um território. Sustentáveis na conservação dos recursos naturais, sustentáveis porque adquirem conhecimentos, habilidades, ferramentas, e infraestrutura; e os processos, se cuidados, permanecem”. ●